

São Cristóvão-SE/Brasil
21 a 23 de setembro de 2011

V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



ISSN 1982-3657

TRABALHO DOCENTE: UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Cenilza Pereira dos Santos¹

Eixo Temático 3: Educação, trabalho e Juventude

Resumo: este texto tem como objetivo refletir sobre o processo de formação de professores, enfocando a necessidade de articular a discussão sobre identidade e trabalho docente. Discutir identidade e trabalho docente é antes de tudo, compreender o conceito de docência, entendendo-o como ação política do fazer didático. Para fundamentar essa discussão trazem-se à luz as discussões de Dubar (2005); Giddens (1991; 2002); Tardif (2002); Tardif e Lessard (2005); Veiga (2008; 2005), com os quais se articula reflexão sobre a profissão docente pontuando-a como importante para a construção do trabalho pedagógico, eixo da formação de professores. Defende-se que a construção profissional da docência passa pela compreensão de que o professor tem entre suas demandas diárias, a liberdade de escolher como gerir o seu trabalho. A nova articulação para o trabalho docente requer formação políticas dos profissionais

Palavras - Chave: Formação de professores – trabalho docente – identidade profissional.

TEACHING WORK: NECESSARY CONSTRUCTION FOR THE TRAINING OF TEACHERS

Abstract: This text aims to reflect on the process of teacher training, focusing on the need to articulate the discussion about identity and teaching work. Discuss identity and teaching job is first and foremost, understand the concept of teaching, understanding it as didactic policy action of doing. To substantiate this discussion brings to light the Dubar (2005); Giddens (1991; 2002); Tardif (2002); Tardif and Lessard (2005); Veiga (2008; 2005), with which it articulates thinking about the teaching profession as important scoring for the construction of pedagogical work, axis of teacher training. Argues that the construction professional teaching passes by understanding that the teacher has among its daily demands, the freedom to choose how to manage your work. The new articulation for teaching work requires professional training policies.

Keywords: Teacher training – teaching work – professional identity.

“[...] quando um artesão entrava no ofício, ele adquiria um estado particular, uma condição social e uma qualidade ontológica permanente que compartilhava com quem exercia o mesmo ofício e que o distinguia dos membros das outras profissões”. (DUBAR, 2005, p. 166-7)

Introdução

A formação de professores se constitui, hoje, um dos temas mais discutidos por pesquisadores da área. Isso se justifica pelo fato de que, apesar da discussão e dos investimentos, ainda há algo indefinido quando nos propomos a discutir os elementos que deveriam compor propostas de formação desses profissionais, principalmente a construção do trabalho, na perspectiva da sociologia do trabalho, como subsídio fundamental na composição desse processo.

Na construção do fazer pedagógico está implicado o movimento que decorre das relações sociais repletas de incertezas geradas, principalmente, pelo surgimento das tecnologias da informação e comunicação que tornou o fenômeno da globalização parte do nosso dia a dia, em que existe grande facilidade no acesso a informação. Esse processo sugere uma ressignificação da escola enquanto instituição responsável pela divulgação e veiculação da informação, e dos professores como agentes sociais e educacionais.

A complexidade em compreender e articular o que está implicado no fazer pedagógico em que as incertezas geradas pelas mudanças sócio-econômicas que interferem nas relações sócio-culturais dos sujeitos, tornam-se elemento dificultador para o professor entender que sua ação vai além do exercício didático, em sala de aula passando pelo viés cultural, identitário e político.

Discutir identidade cultural é perceptível na formação do professor, porém, as questões identitárias necessárias a construção do trabalho docente e a política dos saberes profissionais já não estão tão evidentes. Teoricamente, muda-se a percepção de escola e sociedade, havendo uma implicação direta no mundo do trabalho e suas relações com o fazer pedagógico dos profissionais da educação. Assim, este texto visa discutir a necessidade dos cursos de formação de professores em promover a construção identitária e política da profissão através da categoria trabalho docente.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a passagem do sistema de manufatura dos bens materiais para o sistema baseado na informação implicou numa reorganização do mundo do trabalho, sendo este vivenciado de forma mais intensa no sistema econômico através do

que Giddens (1991) pontua e que muitos estudiosos nomeiam de *uma nova era, a era pós-industrial ou pós-moderna*. Essa forma de compreender a nova organização social a partir do sistema econômico implicou numa série de mudanças que refletiram na construção da identidade dos sujeitos, sobretudo, do profissional docente.

É importante destacar que compreender a mudança dos processos sociais implica também numa nova forma de ver o mundo, “se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social” (GIDDENS, 1991, p. 52).

A nova ordem social provocada por alterações nas práticas sociais instituídas pela modernidade e suas instituições, significaria que as instituições modernas, como: família, escola, Igreja, Estado, estariam se reconstruindo numa nova configuração; o que ainda não está concretizado por conta de que não se encerrou ciclo da modernidade, segundo o autor.

Uma dessas mudanças foi os “deslocamentos” das relações sociais e sua reestruturação que recebeu a denominação de “desencaixe”, conceito elaborado por Giddens (1991) para explicar a dimensão do processo que estamos vivenciando a partir da separação entre tempo e espaço, segundo ele, característica fundamental da modernidade. Nesse contexto de *modernidade tardia* necessitamos dos mecanismos de desencaixe para reorganização ou reordenação das condições sociais para reformulação das práticas, constituindo-se num processo de *reflexividade* que “subverte a razão” (GIDDENS, 1991, p. 46). Para a superação da modernidade seria necessário o cumprimento de suas promessas, o que ainda não se efetivou de fato.

É nessa perspectiva que se discute a necessidade de ter a escola como uma instituição representativa dos princípios da modernidade e que atua na construção de um trabalho pedagógico ainda voltado para práticas sociais estáticas, não acompanhando o movimento da sociedade na reconstrução da dinâmica social. Assim, os cursos de formação de professores não se deram conta das necessidades reais da sociedade como movimento dinâmico que deveria também ser implementado nessas instituições.

Esta discussão faz parte da pesquisa de doutoramento que trata da articulação das categorias identidade profissional e trabalho docente como elementos essenciais para a

formação de professores. A metodologia qualitativa será a base da pesquisa que terá como elementos de coleta de dados o grupo focal, a entrevista semiestruturada. Os sujeitos serão estudantes-professores que estão em formação em serviço, ou seja, cursando a primeira licenciatura pelo Plano de Formação de Professores do Ministério da Educação através do Programa Plataforma Freire e os professores-formadores.

Identidade e trabalho docente: uma diáde contemporânea

Considerando que a construção identitária e política na formação docente se constituem como essenciais à socialização profissional dos sujeitos e que as políticas públicas buscam universalizar a formação de professores, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e o índice de desenvolvimento humano, é que se faz necessário refletir sobre os conceitos de docência e trabalho docente. Busca-se pontuar aqui que, ao contrário das demais profissões que passam por momentos de crise em tempos de precarização do trabalho, de terceirizações, da crise do emprego que elimina a identidade do trabalhador de carreira e o torna vítima das relações sociais pautadas no sistema econômico que envolve o lucro como mecanismo chave da relação do trabalho, o trabalho docente mantém-se num lugar privilegiado devido a necessidade do seu trabalho ser, em tese, independente da crise do sistema econômico.

Porém, a organização social do trabalho é mais dinâmica enquanto estruturadora das relações sociais, uma vez que é baseada na produtividade dos trabalhadores. Essa questão também chega à escola, no sentido da mudança nos aspectos formativos de crianças e jovens para adentrarem num mercado instável em que a garantia do emprego é a alta da produtividade. Nesse aspecto, são evidentes as divergências quanto as funções da escola: uma da própria escola que se nega a assumir o papel de formar para o mercado de trabalho e a outra, da sociedade que almeja a formação que possibilite a entrada no mundo produtivo.

Assim, se estabelece um paradoxo, para a escola e para os professores: formar para a cidadania; e para atender as necessidades dos sujeitos quanto ao mercado de trabalho, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96). Para atender a essa dupla função da escola e, visando também a melhoria da qualidade da Educação Básica, o Ministério da Educação inicia uma série de ações voltadas para este fim: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Bolsa Família, Toda Criança na Escola, Programa de Formação Inicial e Continuada para Professores, Organização da Escola em Ciclos. E nesse

ínterim, observa-se que os profissionais da educação não conseguem se organizar para atuar de forma a garantirem os direitos instituídos na lei, no sentido de proporcionarem uma educação de qualidade para todos.

Nesse contexto se adentra a discussão da identidade no processo educativo dos cursos de formação de professores, porque discutir identidade é antes de tudo, compreender o conceito de docência com o objetivo de estruturar uma formação pautada na identidade e na ação política do trabalho docente.

A docência se constitui uma das mais complexas atividades humanas, porque seu exercício envolve uma multiplicidade de saberes, competências e atitudes e, tem caráter essencialmente interativo com forte impacto na subjetividade daqueles que passam pelo processo de escolarização. De acordo com Tardif (2002) os saberes e competências que envolvem a docência não são adquiridos apenas pela observação da prática, ao contrário, pressupõe uma consistente formação universitária que tenha como princípio a reflexão, o discernimento e a compreensão de situações problemáticas do contexto e da prática profissionais.

Torna-se um saber também essencial a formação de professores a compreensão das novas demandas da escola frente ao processo de globalização, a difusão das informações por meio das tecnologias da informação e comunicação, apontando para a necessidade da formação integral com vistas a atender às necessidades do indivíduo através da preparação para atuar no mercado de trabalho entre outras (DELORS, 1998). A docência precisa ser compreendida como atividade laboral do professor, rompendo com a concepção de que o ensino é uma atividade secundária se comparada com o trabalho material e produtivo, como foi amplamente divulgado pelo sistema capitalista, quando este determinava como objetivo do labor docente a socialização e preparação para o mercado. De acordo com essa concepção, o aprender não teria valor por si mesmo, seria apenas uma preparação para a vida real, produtiva, portanto, o processo de escolarização seria dispendioso, improdutivo ou reprodutivo (TARDIF e LESSARD, 2005).

Para reverter esse quadro, faz-se necessário compreender a docência como uma atividade essencialmente humana e que seu objeto de trabalho também é o humano, contudo, não se podem ter as pessoas como meio, mas como o objetivo do trabalho interativo é o “desafio primeiro das atividades” docentes (TARDIF e LESSARD, 2005, p. 20). Essa

dimensão identitária e política é fundamental para construção de saberes profissionais durante o processo de formação. Compreende-se sua importância para a autonomia profissional e intelectual dos trabalhadores da educação, especificamente, dos professores. O trabalho docente é constituinte da identidade social dos sujeitos, implicando “reconhecer, portanto, a relação de mútua determinação entre trabalho e identidade” (COUTINHO, 1999 *apud* COUTINHO, KRAWULSKI, SOARES, 2007, p. 34).

Com efeito, a identidade profissional é o resultado do vínculo estabelecido entre o homem e sua atividade laboral. Assim,

A concepção do trabalho como um elemento imprescindível para a construção da identidade do sujeito deve ser, portanto, repensada a luz de várias transformações no mundo produtivo, examinando-se quais articulações ainda são possíveis de serem estabelecidas entre os conceitos de identidade e trabalho, em um contexto no qual, inegavelmente, são modificadas as construções identitárias (COUTINHO, KRAWULSKI, SOARES, 2007, p. 34).

A identidade, porém, deve ser compreendida também como um processo transitório, pois está em constante mudança, uma vez que é elaborada a partir das relações estabelecidas com o outro e com a sociedade. Hall (2005), Dubar (2005), Giddens (2002) apontam que a identidade constitui-se a partir do princípio da diferença, por isso são subjetivas e, sendo assim, é construída a partir das relações do indivíduo consigo e com o outro, num processo dialético.

Para Dubar (2005), a identidade é o resultado de um processo de socialização, não no sentido de torná-la imutável, mas um processo que depende da trajetória individual e das relações sociais que vão sendo vivenciadas pelos sujeitos. Nesse sentido, existem duas formas identitárias: identidade *para si* e identidade *para o outro*. A identidade *para o outro* constitui-se a partir dos atos de atribuição do que eu sou e quero mostrar para o outro; enquanto que, a identidade *para si* é constituída de atos de pertencimento, o que quero ser.

[...] nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições. (DUBAR, 2005, p. 136)

Defende-se aqui que, a identidade profissional para além do que o autor denomina de identidade *para si*, ocorrerá nos cursos de formação de professores centrados em discussões sobre o pertencimento quanto à categoria, às classes profissionais, aos saberes docentes para a

definição mais política e cultural da profissão. Assim sendo, em tempos de liquidez, de fluidez das relações, conforme Bauman, a identidade poderia ser entendida como um processo estável, mas numa dinâmica específica das relações sociais, ela passa por atos de pertencimento e com isso os profissionais fazem-se

[...] conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN, 2005, p.17)

A identidade vai se construindo e transformando-se ao mesmo tempo, por isso é provisória, coletiva e individual. É nesse conceito de trabalho docente como elemento fundante do ser humano e das práticas sociais instituídas nas relações que se busca definir a prática educativa como ação instituinte. Nesta perspectiva, a formação do docente em nível superior passa a ter dentre tantas finalidades, também a de formar na perspectiva da profissionalização. Deste modo, a docência passaria a ser tida como uma atividade profissional e traz como característica basilar, o enredamento do trabalho pedagógico no qual seu principal *locus* de formação são os cursos de licenciaturas. Além dessa condição, é importante destacar que a docência é uma atividade que acontece por meio da interação entre pessoas e, como tal, uma construção humana, social e historicamente situada.

Diante disso, o trabalho docente deve ser compreendido como

[...] um trabalho socialmente reconhecido, realizado por um grupo de profissionais específicos, que possuem uma formação longa e especializada (geralmente de nível universitário ou equivalente) e que atuam num território profissional relativamente bem protegido: não ensina quem quer; é necessária uma permissão, um credenciamento, um atestado, etc. (TARDIF e LESSARD, 2005, p.42).

A docência constitui-se uma prática fundada por diferentes dimensões, daí sua complexidade. Centraliza-se num conjunto de conhecimentos composto por saberes diversos, competências e atitudes que determinam a ação docente na relação com o outro (conhecimento, estudante, colega de trabalho, instituição, etc.) por meio de posturas diversas que determinam a construção de seu perfil profissional. Cabe destacar o fato de ser um trabalho codificado, pois é composto de conhecimentos institucionalizados e desenvolvidos por meio de uma gestão organizacional específica, obedecendo a regulamentações de autoridades educacionais e governamentais. É também um trabalho flexível, pois se constitui

de diversas nuances e ambigüidades, próprias da ação entre sujeitos sociais. Aspecto este que o conhecimento teórico não consegue prever e assumir enquanto demanda da profissão, visto que são irregulares, diferentes a depender do contexto social em que estiver inserido.

Veiga (2008) sintetiza a docência como um trabalho que não se reduz apenas a ministrar aulas, mas é composto de várias outras funções formativas, organizativas e convencionais que compõem o trabalho docente, como “ter um bom conhecimento da disciplina e sobre como explicá-la” (VEIGA, 2008, p.13). No que se refere ao desenvolvimento histórico-social da docência as condições de trabalho do professor foram se modificando durante o desenvolvimento da sociedade e da tecnologia. Hoje, o docente que não se restringe apenas a ministrar aulas, envolve-se em todo processo de identificação profissional com a instituição, com a construção curricular, para além da própria formação contínua do professor. Para isso, tem no uso das tecnologias da informação e comunicação, especialmente a internet o meio para o exercício e a socialização de seus saberes profissionais.

Como já foi dito, é preciso refletir sobre a identidade profissional e trabalho docente para compreender melhor a construção mais autônoma dos saberes profissionais. Uma das maneiras para se constituir o caminho da formação a partir desses conceitos é o discurso político e o que realmente representa quando colocado em prática e veiculado na sociedade.

De acordo com Correia (2003) o discurso político não centra sua força na democracia ou nas desigualdades sociais, mas “adoptou uma ‘linguagem’ em que as referências à modernização, ao reforço das ligações entre a escola e o trabalho e ao desenvolvimento tecnológico desempenham seguramente um papel estruturador” (CORREIA, 2003, p. 15). Isso significa que a formação está a serviço do desenvolvimento técnico para atender as necessidades do sistema econômico. É nesse sentido que a formação de profissionais, incluindo também os professores, não pode estar vinculada apenas a socialização profissional, precisa ir além e questionar esse modelo paradoxal de formação.

A defesa que se faz aqui é que os professores são uma categoria que, de posse de sua autonomia intelectual e profissional poderiam ressignificar seu saber profissional com o objetivo de não deixar acontecer a subordinação ao sistema educativo e à lógica do capital. Segundo Correia (2003), é evidente a tendência da escola pública se submeter à lógica da instituição privada quando estabelece com as comunidades locais uma relação de comércio, denominando seus estudantes de clientes, alterando assim sua relação social e coletiva. E mais

esquecendo-se a real função da escola pública: assegurar o acesso e a permanência de todos ao mundo do conhecimento.

As mudanças sociais e econômicas acontecem de forma rápida e contundente, subverte o trabalho dando outras características. Logo, o trabalho docente é uma atividade em que o indivíduo tem que resolver problemas e não mais executar atividades determinadas. Essa nova caracterização também atinge a formação de professores que até então estava organizada no sentido de promover a racionalização técnica. O professor era formado para realizar atividades previamente definidas e testadas para promover a aprendizagem. Esse processo já não atende mais às necessidades reais do mundo da escola e, portanto, é necessária uma cultura profissional que, para Caria (s.d.), deveria construir uma organização pautada no reconhecimento de que o trabalho docente trata-se de

[...] um poder que é reconhecido por ter um elevado capital social e econômico, resultantes de processos sócio-históricos de afirmação simbólica e política de alguns grupos sociais para determinarem (em menor ou maior grau) controle sobre o mercado de oferta de trabalho e serviços profissionais (CARIA, s.d., p. ii).

Trazer a discussão da docência para o eixo de trabalho e identidade profissional, é parte da compreensão de que o trabalho do professor precisa ser melhor estruturado com dimensões definidas na promoção de identidades e socialização profissionais de acordo com a sociedade contemporânea, entendendo a docência como a ação laboral constituída nas dinâmicas complexas das atividades humanas.

A perspectiva: ressignificar o trabalho docente através da formação profissional

De acordo com o que esclarece Veiga *et al* (2005), o termo profissão entre os séculos XVI e XVIII tinha um significado religioso; para Dubar (2005) o termo deriva da profissão de fé, daqueles que professavam uma arte, que tinham o domínio intelectual e manual de um ofício. No entanto, no século XX, o termo passa a ser uma expressão para as profissões clássicas: medicina, direito, engenharia.

O termo profissão vem do latim “*professio* que significa declaração, profissão, exercício, ocupação, emprego” (VEIGA *et al*, 2005, p. 23). Que, de acordo com Dubar (2005), estava diretamente relacionada ao corpo, a uma corporação. Assim, aprender um ofício significava muito mais do que adquirir habilidades necessárias para a vida adulta, era

pertencer a uma comunidade moral, uma comunidade de homens que prestavam juramento de fidelidade à categoria. Esse juramento guarda até hoje os princípios de uma profissão: observar as regras e guardar os segredos do ofício, da profissão. Tem como características a coletividade e a autonomia que se constituem como aspectos fundamentais. Uma profissão, de certa forma, traz em seu significado um conhecimento profundo da atividade a ser realizada.

É importante salientar que a profissão é uma construção social, portanto, “dinâmica, contingente, calcada em ações coletivas de um grupo visando à construção de uma identidade por meio de interações com outros grupos, entidades diferenciadas e atores diversos” (VEIGA, 2005, p. 24). Nesse sentido,

[...] toda profissão tende a se constituir em “um grupo de pares com seu código informal, suas regras de seleção, seus interesses e sua linguagem comum” e a secretar *estereótipos profissionais*, excluindo, de fato, quem não corresponde a eles. (DUBAR, 2005, p. 180)

Nessa perspectiva, Dubar (2005) apresenta a abordagem do interacionismo simbólico indicando que, para compreender o fenômeno profissão, se obedece aos critérios de um saber especializado adquirido num processo de formação amplo, de instituições destinadas a acompanhar o exercício profissional através de um código deontológicoⁱⁱ, sua definição como carreira e como meio de socialização.

Para compreender a formação de professores numa perspectiva da profissionalização deontológica necessita-se compreender o trabalho docente a partir dos eixos: científico, empírico, pedagógico e político-ideológico. Isso significa que a profissionalização do professor está além do fazer docente e é construída a partir de outras relações entre os sujeitos, a relação que estabelece com os órgãos representativos e regulamentadores do ensino, sindicatos, a gestão organizacional da escola, os colegas de profissão e outros profissionais, compondo aquilo que Dubar (2005) denomina de identidade *para o outro*.

O conceito de profissão defendido por D’Ávila e Sonnevile (2008) dialoga com a idéia de deontologia, visto que ambos levam a entender que se trata *a priori* de “uma ocupação, na qual os práticos dispõem de um monopólio sobre as atividades que ela implica e de um lugar na divisão social do trabalho” (D’ÁVILA e SONNEVILLE, 2008, p. 26).

Deste modo, pressupõe-se que a construção da identidade do trabalho docente é resultante de uma formação social e acadêmica, incidindo diretamente no seu fazer cotidiano

no âmbito educacional. Nesse ponto de vista, Lawn (2001) discute a importância da identidade docente para o desenvolvimento do sistema educativo, demonstrando que a produção da identidade profissional docente envolve o Estado “através de seus regulamentos, serviços, encontros políticos, discursos públicos, programas de formação, intervenções” (LAWN, 2001, p. 118).

A depender da organização coletiva dos professores e de seu envolvimento político, o poder público pode reconhecer e valorizar o trabalho destes, através de uma regulamentação que sugira reconhecimento da categoria. Essa construção identitária envolve a valorização da docência e a organização do sistema educativo, o que constituirá também num projeto da nação demonstrando como o Estado pensa e valoriza a educação de seu povo, uma vez que a identidade é “construída, quer contra, quer a favor de algo (...) é ‘produzida’ através de um discurso que, simultaneamente, explica e constrói o sistema” (LAWN, 2001, pp. 118-123). Esse discurso caracterizado como político e econômico leva o Estado a produzir uma legislação que determine a organização do sistema educativo e da formação dos professores.

Assim, a conquista da docência como profissão supõe aceitar que ser profissional é vivenciar e questionar regras, bem como saber implantá-las no seu trabalho, segundo Carbonneau (2006) uma atividade profissional para ter o *status* de profissão, de acordo com a sociologia do trabalho, deve ser considerada em quatro características: 1) ato profissional; 2) a formação; 3) o contexto da prática e; 4) a inserção social.

Porém, apesar de reconhecer que tais princípios são importantes para essa conquista, além de um conhecimento sistematizado do trabalho docente, é necessário um vínculo identitário de reconhecimento e luta que se inicia nos cursos de formação de professores ao tratar a docência como a profissão do professor. Nesse sentido Veiga (2008), Carbonneau (2006), Contreras (2002), Perrenoud (2002), Tardif (2002), Tardif e Lessard (2005), entre outros apontam que a docência conquistará o *status* de profissão quando estiver relacionada com questões mais políticas e vinculada a uma organização que dê respaldo e reconhecimento a um coletivo profissional, além de uma organização deontológica, porque a profissionalização do professor está além do fazer docente e é construída a partir de outras relações entre os sujeitos, a relação que se estabelece com os órgãos representativos e regulamentadores do ensino, sindicatos, a gestão organizacional da escola, os colegas de profissão e outros profissionais.

Uma profissão, de certa forma, traz em seu significado um conhecimento profundo da atividade a ser realizada,

[...] não é outra coisa senão um grupo de trabalhadores que conseguiu controlar (mais ou menos completamente, mas não totalmente) seu próprio campo de trabalho e o acesso a ele através de uma formação superior, e que possui uma certa autoridade sobre a execução de suas tarefas e os conhecimentos necessários a sua realização. (TARDIF e LESARD, 2005, p. 27).

A idéia de profissionalização parte da construção social, que envolve uma realidade produzida pela ação de sujeitos porque é elaborado a partir de construções histórico-culturais, e que acompanha as mudanças sociais, caracterizadas pelas ações de um grupo em busca de uma identidade coletiva que se relaciona com outros grupos, organizações e sujeitos.

Enguita (1998) expõe que, por muito tempo, a escola e seus agentes tinham como objetivo primeiro a formação de mão de obra para as indústrias visando atender apenas à economia. Assim como a fábrica, a escola também foi fragmentada entre aqueles que pensavam o trabalho docente – os intelectuais – e os que executavam – os práticos, isto é, os professores – que recebiam as diretrizes de como ensinar e apenas colocavam em execução. Ainda hoje a escola e os professores sofrem as ações da globalização neoliberal que vem incorporando a lógica de mercado em detrimento do desenvolvimento humano e cultural, transformando a própria educação em mercadoria (CHARLOT, 2005; FERREIRA e CALDEIRA, 2009).

Aponta-se a necessidade dos cursos de formação de professores estruturarem os elementos da formação a partir de uma construção dos saberes docentes, a partir da identidade e do trabalho docente. Além de uma identidade coletiva que se constitua num caminho para refletir sobre as questões que atravessam a profissão docente para se construir uma “autonomia ideológica e simbólica” (CARIA, s.d., p. vii) com relação a outras profissões e profissionais, proporcionando uma relação de poder característicos de uma profissão.

Isto pressupõe um processo reflexivo que dê conta de outros elementos que vão compondo um corpo profissional com suas regras, princípios, normas e valores; uma ética profissional que agregue os demais profissionais da categoria. A *reflexividade*, conforme Giddens (1991) se constitui num aspecto fundamental para compreender a sociedade e, portanto, as práticas sociais. E sendo estas a fonte do trabalho do professor, a *reflexividade* torna-se essencial para examinar o trabalho docente para reelaborá-lo alterando seu processo e

tornando-o mais significativo para seus agentes. A *reflexividade* é importante para a compreensão da cultura profissional, uma vez que ela é feita a partir de um “conhecimento em uso”, portanto relacionada à prática e identidade coletiva (CARIA, s.d.).

(In) Conclusões

Diante dessas ponderações, acredita-se que a formação de professores com vistas a sua profissionalização deve ser um processo articulado em que saberes práticos e teóricos dialoguem com dimensões políticas e ideológicas que permitam o reconhecimento pessoal e coletivo da identidade profissional e do trabalho docente.

Portanto, o trabalho docente está compreendido nas condições sociopolíticas que dão sentido e confiabilidade à própria educação. Essa associação que determina a elaboração dos saberes profissionais como necessários à construção da identidade do trabalho docente na contemporaneidade.

Assim, pensa-se na construção profissional da docência ao compreender que o professor tem entre suas demandas diárias a liberdade de escolher como gerir o seu trabalho, percebendo dentre as várias situações políticas, sociais e ideológicas que surgem no cotidiano que podem interferir na sua opção teórico-metodológica. Esse processo determinaria uma autonomia que, por sua vez, deve estar pautada em princípios éticos. É nesse sentido, portanto, que se compreende a necessidade de se repensar a formação do professor através de argumentos mais amplos e complexos. Afinal, a concepção de saberes profissionais está relacionada a capacidade de reorganização e reestruturação política e ideológica do trabalho docente enquanto prática social que, confiando a seus trabalhadores a capacidade de refletir sobre o processo educacional do qual faz parte, a fim de articular e sustentar a construção da profissão docente para além do fazer prático da sala de aula, articulando-a com a conquista e o respeito enquanto categoria profissional.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARIA, Telmo. Notas para uma perspectivação do trabalho técnico-intelectual como cultura profissional. Texto usado na disciplina; s.d.

CARBONNEAU, Michel. Modelos de formação e profissionalização do ensino: análise crítica das tendências norte-americanas. In: **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 15, n. 26, jul./dez., 2006.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação de hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CORREIA, José Alberto. Formação e trabalho: contributos para uma transformação nos modos de os pensar na sua articulação. In: CANÁRIO, Rui (Org). **Formação e situações de trabalho**. Porto: Porto Editora, 2003.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce H. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Vol. 19, Porto Alegre, 2007.

D'ÁVILA, Cristina Maria e SONNEVILLE, Jacques. Trilhas percorridas na formação de professores: da epistemologia da prática à fenomenologia existencial. In: VEIGA, Ilma Passos A. e D'ÁVILA, Cristina (Orgs.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENQUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Márcia Campos e CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro. A dimensão identitária da relação com o aprender a ser educador social. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3640--Int.pdf Acesso em 18 Abr 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2005.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. In: **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 117-130, jul/dez, 2001. Disponível em WWW.oie.es/docentes/articulos/professores_fabricacion_identidades_lawn.pdf Acesso em 29 mar 2009.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Saberes docentes e formação profissional**. São Paulo: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. docência como atividade profissional. In: VEIGA, Ilma Passos A. e D'ÁVILA, Cristina (Orgs.). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____; ARAÚJO, José Carlos Souza e KAPUZINIAK, Célia. **Docência**: uma construção ético-profissional. Campinas, SP: Papirus, 2005.

ⁱ Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Doutoranda em Educação PPGE/FACED/UFBA; Grupo de Pesquisa: Educação, Formação de Professor e Contemporaneidade; Email cenisanttos@gmail.com

ⁱⁱ **Deontologia** (do grego *δέον*, translit. *deon* "dever, obrigação" + *λόγος*, *logos*, "ciência"), na filosofia moral contemporânea, é uma das teorias normativas segundo as quais as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas. Portanto inclui-se entre as teorias morais que orientam nossas escolhas sobre o que deve ser feito.